CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA ECUMÊNICA DO ANGLICANISMO

W. H. VAN DE POL
Doutor em Teologia, Professor na Universidade **Católica** de Nimegue
Prefácio por Monsenhor Willebrands
Tradução do neerlandês por Dom André Renard, **O.S.B.**
Les Éditions du Cerf, 29, bd Latour-Maubourg, Paris **1967**

- I. A SITUAÇÃO ECUMÊNICA ATUAL
- II. RAZÕES PARA ESTUDAR O ANGLICANISMO
- III. PONTO DE VISTA E MÉTODO DESTE ESTUDO
- IV. APRESENTAÇÃO DA COMUNHÃO ANGLICANA

I. A SITUAÇÃO ECUMÊNICA ATUAL

Não temos a intenção, neste capítulo, de nos alongar sobre a origem, o desenvolvimento e a problemática do movimento ecumênico[7]. No entanto, parece que uma descrição rápida da situação ecumênica atual serviria como uma boa introdução ao conjunto desta obra.

O movimento ecumênico deixou de ser, há muitos anos, um campo restrito ao domínio puramente acadêmico, reservado a um pequeno número de especialistas interessados nas diferenças confessionais, eclesiásticas e teológicas, que trocavam opiniões sobre essas questões sem acreditar na possibilidade de superar as oposições e vencer a desunião. A situação em que as Igrejas se encontram, em todo o mundo, tornou-se muito grave para permitir considerações puramente teóricas, como mero passatempo acadêmico.

Estamos agora na **«décima primeira hora» ecumênica**. Estamos atravessando, no plano religioso, uma crise que o cristianismo talvez nunca tenha experimentado antes. Muitos têm a impressão de que se trata de uma questão de "ser ou não ser". Em círculos cada vez mais amplos, muitos começam a considerar a possibilidade de um **fim próximo**.

Essas circunstâncias excluem considerações e palavras vazias; exigem soluções e ações. É por isso que o movimento ecumênico só faz sentido como **um movimento prático, em busca de resultados tangíveis**. Ele deve promover uma **mudança na atitude das Igrejas e incentivar um progresso claramente perceptível no caminho que leva à união perfeita na fé e na organização eclesiástica.**

a) A Assembleia de Nova Délhi.

Entre os resultados alcançados até agora pelo movimento ecumênico, destaca-se em primeiro lugar a criação do Conselho Ecumênico das Igrejas em 1948. Esse Conselho realizou sua terceira Assembleia em Nova Délhi no final de 1961. O número de Igrejas membros naquele momento era de 198[8].

Um olhar sobre os anos **1948 a 1961** revela que, em um período de tempo tão curto, ocorreram **uma clarificação e uma ampliação notáveis da ideia ecumênica**. As Igrejas avançaram na compreensão mútua de suas convicções religiosas e eclesiásticas.

Em Nova Délhi, em particular, ficou claro que as Igrejas estão agora unidas por um vínculo mais sólido e estreito. Um certo número de ressentimentos e preconceitos se dissiparam.

Os esforços árduos dos primeiros pioneiros do ecumenismo começam a dar **frutos visíveis e duradouros**. Vemos sinais claros disso, como a entrada da Igreja Russa do Patriarcado de Moscou no Conselho Ecumênico das Igrejas e a compreensão que ela conseguiu inspirar em relação à sua posição particular. Da mesma forma, a maneira como as Igrejas membros do Conselho Ecumênico souberam acolhê-la. Além disso, houve a recepção cordial dada aos primeiros observadores católicos oficiais, bem como os diálogos que estes mantiveram com os diversos delegados.

Muito se comentou sobre a impressão causada nos representantes das mais diferentes Igrejas pelo **serviço de comunhão anglicana**. **O acesso foi permitido a todos os que não tinham objeções a essa participação**. Certo número de delegados, é claro, sentiu-se obrigado a abster-se por motivos ditados pela fé de sua Igreja. Para todos, no entanto, esse ofício de comunhão se mostrou como uma **prefiguração do que, um dia, voltará a ser realidade para todos os cristãos e que é objeto de nossa fé, esperança e oração.**

A liturgia anglicana alcança uma elegante harmonia entre os elementos oriundos do catolicismo clássico, aqueles da Reforma e aqueles do **renovamento litúrgico atual**. Muitos viram nela, **sem dúvida, o protótipo da liturgia futura da Igreja reunida.** Pois **o renovamento litúrgico, em curso em quase todas as Igrejas, envolverá precisamente uma síntese e uma integração de tudo o que é verdadeiro, bom e belo na maneira como as diferentes Igrejas, ainda separadas, rendem a Deus louvor, honra, ação de graças e adoração na celebração da santa Eucaristia.**

Os relatos dos testemunhos mencionam unanimemente a cordialidade espontânea com a qual delegados, observadores e representantes da imprensa interagiram entre si durante a Assembleia de Nova Délhi. Os jornalistas destacaram **o espírito de cordialidade e franqueza** que prevaleceu entre todos os participantes, bem como o interesse e a paciência demonstrados por todos ao ouvir os outros exporem suas ideias, experiências e projetos.

Certamente, isso poderia ser dito também, em certa medida, das assembleias e outras conferências anteriores. Mas a impressão de muitos foi que, em Nova Délhi, mais do que nunca, todos demonstraram **uma evidente disposição para reconhecer e tratar os outros como verdadeiros cristãos**, **apesar de todas as diferenças, e até mesmo para suportar uns aos outros nos casos em que o acordo ainda não havia sido alcançado.**

A Assembleia de Nova Délhi marcará a história do Conselho Ecumênico, em particular pelos seguintes três eventos: a aceitação de uma nova base, ampliada no sentido trinitário; a integração do Conselho Internacional de Missões; e a entrada da Igreja Russa do Patriarcado de Moscou no Conselho. Mas um dos principais ganhos da Assembleia de Nova Délhi foi também a já mencionada experiência de unidade e comunhão, na qual todos aqueles que acreditam em Cristo e são batizados em seu nome se reconhecem unidos.

Alguns, às vezes, expressaram o temor de que, ao se dar demasiada importância à unidade e à cooperação já alcançadas, se favoreça **o indiferentismo doutrinário**. Esse temor, parece-me, tem sua origem em **uma mentalidade tipicamente pré-ecumênica**. Certamente, a vigilância é necessária, como destacou o arcebispo de Cantuária. O objetivo a ser alcançado não é uma unidade qualquer e indeterminada, mas precisamente uma **«unidade na verdade e na**

santidade»[9], ou seja, uma unidade da qual **nada é excluído do que está contido na revelação divina e nas palavras e obras de Cristo**.

Feita essa ressalva, podemos confiar que toda experiência séria e profunda da unidade já realizada entre os cristãos evidenciará a absurda situação da atual desunião e impedirá que se acomode a ela. Os cristãos que compreendem o quão **insuportável** é essa situação não serão inclinados a ignorar os fatos. Pelo contrário, serão motivados a realizar um estudo minucioso das causas históricas, psicológicas, teológicas e outras que estão na origem da desunião.

Esse estudo terá, entre outras consequências, o efeito de abrir os olhos para este ou aquele elemento essencial da pregação, da estrutura ou da prática de outras confissões, elementos que talvez faltem na Igreja à qual se pertence. Cada vez mais também ficará claro que **a Igreja futura** , resultante da reunião, **não será idêntica a nenhuma das Igrejas atuais, mas abraçará as riquezas de fé e de vida de todas as Igrejas**, desde que se respeite a harmonia com a revelação de Deus e o desígnio de Cristo. Dessa forma, uma valorização positiva da unidade e comunhão já alcançadas não terá o efeito de superficializar; ao contrário, incitará **à ampliação e ao aprofundamento.**

Ainda precisamos chamar a atenção para **duas mudanças** notáveis que ocorreram nos últimos anos no pensamento ecumênico.

A primeira dessas mudanças é a seguinte: em círculos cada vez mais amplos, começa-se a perceber que **a herança do passado** que molda a situação atual não é apenas algo que se aceita e aprecia, mas também algo que **deve ser examinado com um olhar crítico, à luz das exigências do presente e do futuro**. Os cristãos valorizam o papel conservador da tradição e a durabilidade de certas contribuições anteriores, que destacam um ou outro aspecto do conteúdo da Revelação. No entanto, a convicção está se espalhando de que, em muitos aspectos, **o passado é, para as Igrejas, um fardo** sob o qual, como disse um dia um bispo holandês, "a Igreja já teria sucumbido há muito tempo, se não fosse a Igreja".

Mas as Igrejas não estão apenas sobrecarregadas pelo fardo do passado. Elas também estão presas no impasse da divisão, consequência de eventos antigos, às vezes de muitos séculos atrás. Nenhuma força humana pode tirá-las dessa situação. E, no entanto, assim como acontece com o homem curvado sob o peso de seu pecado e responsabilidade, **um recomeço e um caminho para um novo futuro são possíveis**. Isso pode acontecer em Cristo, que, por sua palavra de **perdão e reconciliação**, remove o pesado fardo dos ombros do homem e faz com que todas as coisas sejam **como se a culpa nunca tivesse existido**. As Igrejas, todas e cada uma, precisam dessa libertação pela palavra e pelo espírito de Cristo.

Nesse sentido, vemos melhor a necessidade de uma **reformulação completa da história eclesiástica**. Toda história é construída a partir de pontos de vista preconcebidos. Atualmente, deseja-se **uma "história da Igreja em uma perspectiva ecumênica"[10].**

Antigamente, não apenas as pesquisas históricas, mas também os estudos fenomenológicos, teológicos e dogmáticos sobre a Igreja eram frequentemente realizados com **intenções polêmicas e apologéticas**. Hoje em dia, esses estudos precisam cada vez mais ser **situados em**

uma perspectiva ecumênica, revelando as causas da desunião e os caminhos para a unidade (incluindo a unidade teológica) sob uma luz mais claramente ecumênica.

Aqui está **a outra mudança**: os círculos ecumênicos estão percebendo cada vez mais que a união interior entre os cristãos, por meio do amor, da compreensão e da cooperação, **não deve esperar que uma solução definitiva seja encontrada para os difíceis problemas que ainda persistem**. Certamente, uma solução precisará ser alcançada um dia. Mas, a longo prazo, essa solução só parecerá possível se for baseada em **uma verdadeira unidade interior, já descoberta e já experimentada**.

A Assembleia de Nova Délhi, conforme mencionamos, contribuiu amplamente para a formação dessa **unidade interior**. Toda a Assembleia aprovou o relatório da terceira seção sobre o objetivo ecumênico a ser buscado e o caminho a seguir, e recomendou-o para exame atento das Igrejas. Isso é um fato importante.

O objetivo final do ecumenismo é descrito da seguinte forma no relatório da seção Unidade:

2. Cremos que a unidade, que é ao mesmo tempo o dom de Deus e a sua vontade para a sua Igreja, se torna manifesta quando todos aqueles que, em um mesmo lugar, são ***batizados em Jesus Cristo*** *e o confessam como Senhor e Salvador, são conduzidos pelo Espírito Santo a uma* ***comunidade total****, confessam a mesma fé apostólica, pregam o mesmo Evangelho, partilham o mesmo pão, se unem em uma oração comum, visando uma vida comunitária que resplandece no testemunho e no serviço de todos e, ao mesmo tempo, estão* ***em comunhão com*** *toda a comunidade cristã, em todos os lugares e em todos os tempos, de modo que* ***o ministério e a qualidade de membros são reconhecidos por todos e todos podem agir e falar juntos****, conforme as circunstâncias, para que as tarefas às quais Deus chama seu povo sejam cumpridas. Cremos que devemos orar e trabalhar por tal unidade[11].*

Este parágrafo, o principal do relatório, pode justamente ser considerado a ***Magna Charta*** **do movimento ecumênico.** Ele resume os resultados das deliberações da seção Unida. Seu objetivo é **acima de tudo expressar a visão comum da fé na Igreja do futuro**. Ele busca afirmar a convicção, fundamentada na fé, de que **a plena unidade visível será um dia restaurada**. Aqueles que já estão unidos pela fé e pelo batismo estão a caminho da manifestação plena e visível dessa comunhão, na Igreja una, santa, católica e apostólica.

A primeira parte do relatório da seção Unida explica o significado dos termos e expressões comumente usados no parágrafo principal. A segunda parte faz uma análise minuciosa e detalhada das **implicações concretas**, para o Conselho e para as Igrejas membros, do **objetivo final** exposto acima. Ela indica uma série de **questões que permanecem em aberto.** O relatório também faz sugestões sobre os **meios concretos** a serem empregados para facilitar a realização do objetivo proposto.

O relatório lembra que o **reconhecimento mútuo da validade do batismo** sempre foi a **base** (*foundation stone*) de todo encontro e diálogo ecumênico. Ele conclui com a necessidade de um exame cuidadoso das consequências que decorrem, para o diálogo e seus parceiros, da pertença de todos os batizados à Igreja Católica e de sua união ao Corpo Místico de Cristo. A unidade e a

comunhão que já são reais devem ser levadas muito a sério por todos os envolvidos.

O relatório também enfatiza, como já fazia a encíclica *Mystici Corporis*, que o vínculo da fé e do batismo, por si só, não é suficiente para expressar plenamente a unidade da Igreja. As Igrejas devem examinar cuidadosamente o que é essencial e, portanto, necessariamente exigido para a restauração completa da unidade:

Nossa união com Deus é um mistério que supera nosso entendimento; ela frustra nossos esforços para expressá-la perfeitamente. Mas, assim como Cristo veio a este mundo de forma visível e salvou seres de carne e osso, essa união deve encontrar sua expressão visível[12].

O relatório adverte contra uma **desvalorização da visão da unidade final**. É preciso evitar o erro antigo de imaginar a Igreja unida como uma organização humana ou uma instituição jurídica. A Igreja é, antes de tudo, um organismo que nasce e vive pela ação do Espírito Santo. Ela é uma **realidade dinâmica**, na qual se fala e se escuta, se recebe e se dá. Por isso, os autores do relatório descreveram **a Igreja do futuro em termos de "comunhão" em vez de "Igreja"**, como se poderia esperar.

b) Desenvolvimentos recentes

O movimento ecumênico está claramente no início de uma **nova fase** de sua existência. Isso se deve, entre outras coisas, ao fato de que **as duas mais importantes Igrejas de tipo católico expressaram claramente sua intenção de contribuir de maneira oficial e construtiva para a busca da unidade cristã.**

A Igreja Ortodoxa Russa, no momento de sua admissão ao Conselho Ecumênico, declarou que sua intenção não era permanecer como um membro passivo; ela expressou a esperança de poder contribuir positivamente para a unidade, participando das conversas e outras atividades do Conselho.

A Igreja Católica em comunhão com a Sé Apostólica de Roma não se contentou em enviar observadores oficiais à Assembleia do Conselho Ecumênico em Nova Délhi. Ela criou um **"Secretariado para a Unidade dos Cristãos"**, tornando possível a continuidade das **relações oficiais com o Conselho Ecumênico** e, quando necessário, com as diversas Igrejas membros[13].

Nos Países Baixos, observa-se uma clara melhoria nas relações entre a Igreja Católica e as Igrejas da Reforma. Estas últimas enviaram delegados à reunião na qual a **nova tradução católica do Novo Testamento** foi apresentada ao cardeal Alfrink. Elas também participaram da inauguração, pelo cardeal, do centro ecumênico "Den Eikenhorst", próximo a Boxtel, em novembro de 1961.

As cartas pastorais, coletivas ou não, dos bispos holandeses, assim como os discursos do cardeal Alfrink em 1960 e 1961, testemunham **a atenção dada pelo episcopado aos princípios ecumênicos**. Os bispos têm a convicção de que as relações entre as Igrejas e entre os cristãos devem estar enraizadas na caridade. Eles estão cientes de que uma consciência autêntica e **uma verdadeira mentalidade ecumênica levariam a uma mudança radical na atitude dos cristãos uns em relação aos outros.** Eles também sabem que uma convicção firme é

necessária para que o movimento ecumênico seja fortemente apoiado e estimulado[14].

Dando diretrizes sobre "os limites e as possibilidades de comunhão religiosa entre católicos e protestantes", os bispos holandeses rejeitam como **não ecumênica qualquer conversa que ainda não tenha superado o estágio da controvérsia e da polêmica** ou que seja "animada pela esperança de se converter mutuamente a seu respectivo modo de pensar e viver, considerando-o como a vida e o pensamento cristãos em sua totalidade, em toda a sua pureza e plenitude"[15].

A nova fase do movimento ecumênico é caracterizada por uma verdadeira reviravolta nas relações interconfessionais.

A reviravolta foi preparada pela obra de pioneiros católicos do ecumenismo, entre os quais se destacam Pribilla, Congar, Lortz, Karrer, Couturier, Boyer, Sartory, Tavard, Leeming e outros. O choque decisivo, no entanto, veio do Papa João XXIII, considerado com razão como um Papa de um "novo" tipo. Ele foi o primeiro Papa a insistir na conexão entre renovação e reunião**. Ele não parou de repetir sua esperança de que o Concílio Vaticano II, por meio de uma verdadeira renovação da Igreja, criaria a possibilidade de relações ecumênicas renovadas e frutíferas.**

Em várias ocasiões, João XXIII declarou-se convencido de que a Igreja Católica, em sua realidade humana, merecia censura pela origem e continuação da desunião**. Por** **seu lado, o Papa Paulo VI expressou publicamente o arrependimento pelo que outros cristãos tiveram que suportar por parte dos católicos**.

Os protestantes expressam muitas vezes a queixa de que seus correligionários sofrem perseguições ou vexames em certos países católicos. Será necessário examinar a validade dessa queixa. O Vaticano certamente tomará as medidas necessárias para o desaparecimento de eventuais abusos. O Vaticano não deseja nada mais do que viver em paz com todos os cristãos, de acordo com as exigências da caridade cristã. Que os protestantes estejam plenamente certos disso[16].

Na Inglaterra, a visita do anterior arcebispo de Cantuária ao Papa resultou na melhoria desejada nas relações entre católicos e anglicanos. D. Heenan, arcebispo de Westminster, depois de ter sido bispo de Liverpool, disse dessa visita que ela foi "**o gesto mais forte desde séculos** (the most powerful gesture for centuries)".

O mesmo arcebispo é membro do Secretariado para a Unidade. Ele criou na Inglaterra um secretariado nacional semelhante. Este pode ser considerado o homólogo católico do "Conselho de Relações Exteriores" da Igreja Anglicana, sob a autoridade do arcebispo de Cantuária. O Conselho Anglicano, aliás, instituiu recentemente uma comissão para as relações com os católicos romanos.

A reviravolta nas relações entre as Igrejas é, certamente, um motivo de nova esperança. Contudo, ela não torna o caminho da unidade mais curto ou mais fácil. Ela não elimina a necessidade de se precaver contra esperanças prematuras e aventuras irresponsáveis. A moderação, a prudência, o autocontrole e a sabedoria permanecem necessários. Eles só podem beneficiar o progresso do ecumenismo.

O progresso atual do movimento ecumênico assume três formas diferentes.

1 - A primeira é a **mudança profunda que se introduziu na atitude das Igrejas**. A maneira como elas se encontram, se julgam e se tratam mutuamente é diferente da de antigamente. As Igrejas ganharam em **modéstia** em suas relações com as outras. Elas tomaram consciência dos limites e do caráter relativo dos elementos humanos de sua vida. Elas têm, menos do que antes, **a tendência de se glorificar por possuir a verdade, porque perceberam que é a verdade que as possui**. Mesmo sem serem perturbadas em sua confissão de fé, elas veem, melhor do que no passado, que outras Igrejas não são menos sincera e firmemente apegadas à verdade de suas crenças.

A verdade de Deus é absoluta em sua imutabilidade. No entanto, as Igrejas não conseguem **se acordar sobre o conteúdo da revelação divina, nem sobre a maneira pela qual esta nos é transmitida**. O diálogo é destituído de sentido, a menos que seja concedida plena liberdade a todos os parceiros de expor e defender suas convicções mais profundas. Todos os participantes do diálogo devem também estar dispostos a levar a sério o testemunho prestado por cada um dos outros. Eles precisam ouvir esse testemunho, não apenas pro forma, mas de maneira existencial.

A discussão polêmica e a intenção manifesta de **apanhar os outros em falta** revelam-se cada vez mais contrárias ao espírito ecumênico. Anti-ecumênica também aparece **a pretensão de uma Igreja que se eleva acima das outras** e que, recusando ouvi-las, **decreta o que elas devem crer e fazer**. As Igrejas estão cada vez mais dispostas a retornar **à Sagrada Escritura** como "o ponto de partida, a base e o centro de todo diálogo ecumênico"[17], e a partir dela iniciar um intercâmbio franco e leal.

2 - O progresso se refere então a um segundo aspecto. Meio século de diálogo ecumênico mostrou progressivamente às Igrejas que nenhuma união se fará enquanto cada Igreja acreditar que é seu dever se apegar a um ponto de vista **adotado no passado**, a uma característica **fixada de uma vez por todas**, a uma tradição e uma prática eclesiásticas **a nunca sacrificar**.

A permanência dessa **noção estática** da Igreja limitará as trocas àquelas de informações e manterá as Igrejas no status quo. **Todas as coisas permanecerão em seu estado antigo e nenhum progresso será possível.**

Alguns indícios permitem acreditar que o movimento ecumênico **superou essa fase estática e puramente informativa**. Cada vez mais, é possível falar de uma **dinâmica do ecumenismo**. Um fator notável da mudança de mentalidade foi a descoberta feita pelas Igrejas de que elas tinham que largar muito lastro de natureza convencional e que elas deveriam reconsiderar sua doutrina, sua vida, sua liturgia e sua constituição. Elas também percebem que precisam estar **abertas às contribuições recentes nos campos da exegese, da teologia e das ciências afins**. Elas finalmente veem que **devem dar mais atenção ao conjunto do Ecumenismo do que a si mesmas, que devem se interessar mais pelo crescimento da Igreja do futuro do que por seu particularismo pertencente ao passado.**

Cada vez mais também, as Igrejas se tornaram **dinâmicas internamente**. **Em quase todas elas está atualmente em curso uma revisão das estruturas, da liturgia e das fórmulas de fé.**

Em quase todo lugar, manifesta-se a influência de **novas noções teológicas**. Essa mobilidade torna mais fácil para as Igrejas, em suas relações mútuas, adotar **uma atitude desapegada em relação a suas próprias características**. Isso também lhes permite ser mais livres **para adotar mudanças importantes em sua doutrina, estrutura e liturgia** que atendam às necessidades de nosso tempo e favoreçam a aproximação e a união. Sem essa **flexibilidade**, sem essa **renovação**, sem essa **abertura para o futuro**, a fé na união não passa de uma ilusão.

3 - Em terceiro lugar, torna-se cada vez mais evidente que a reunião depende da **disposição das Igrejas**, não apenas para ouvir, mas também para **reconhecer** quando necessário seu caráter unilateral e, se for o caso, **seus próprios erros**. Ela depende de sua prontidão em **se deixar instruir pelos outros e receber deles o que lhes falta**. A união é um processo de crescimento pelo qual tudo o que havia de verdadeiro, bom e belo nas Igrejas separadas é integrado na plenitude da **Igreja futura**.

A unidade não exige uma **rígida uniformidade**. Basta simplesmente tornar o olhar da fé mais penetrante, para que seja capaz de distinguir claramente o que, por um lado, é essencialmente dado na Revelação e, portanto, pertence necessariamente à fé, e, por outro lado, as muitas **formas de expressão que são acidentais**. As Igrejas devem refletir juntas sobre essa distinção. **Com os olhos voltados para a Igreja do futuro**, se perguntará: quais são **os elementos essenciais que não se podem perder**, porque são dados na Revelação? Quais são **as expressões da fé e da vida que são acidentais**, deixando, portanto, grande latitude ao julgamento das comunidades e dos indivíduos?

Os progressos das Igrejas no caminho da integração dinâmica tornarão cada vez mais evidente que se trata, em definitivo, da relação entre a Igreja e o Evangelho. A própria Igreja tem um lugar no Evangelho; seu ser mais profundo só pode ser compreendido a partir do Evangelho. Por sua vez, o Evangelho só ressoa no interior da Igreja; ele não pode ser anunciado em toda a sua pureza e verdade senão na Igreja e por ela. A Igreja e o Evangelho se exigem mutuamente, assim como Palavra e Sacramento. A reunião dos cristãos se identificará em grande parte a uma nova e completa integração da Igreja e do Evangelho[18].

---

[7] Leia sobre este assunto: W.H. VAN DE POL, De Œkumene, Roermond, 1961; trad. alemã: Probleme und Chancen der OEkumene, Munique, 1962.

[8] *The New Delhi Report*, Londres, 1962. O capítulo I (pp. 1-55), redigido pelo americano Samuel Cavert, narra a história da Assembleia de Nova Deli.

[9] A.M. RAMSEY, *Unity, Holiness and Truth*, em *The Ecumenical Review*, vol. 14, nº 2, janeiro de 1962, p. 188.

[10] E. BENZ, Kirchengeschichte in ökumenischer Sicht, Leiden, 1961. Cf. J. LORTZ, Die Reformation als religiöses Anliegen heute, Trier, 1948, pp. 217 et ss.

[11] *The New Delhi Report*, p. 116. - A versão francesa oficial, reproduzida aqui, encontra-se em *Irénikon*, tomo 35, 1962, p. 506, e em DC, 59, 1962, col. 125. (Nota do tradutor)

[12] Ibid., p. 118, parágrafo 5 (DC, 1962, col. 126).

[13] Desde a redação destas páginas, **a criação de um comitê misto, composto por delegados do Conselho Ecumênico e da Igreja Católica é um fato consumado**. O Comitê Central do Conselho Ecumênico, reunido em Enugu (Nigéria) em janeiro de 1965, havia tomado a iniciativa de recomendar sua formação (ver DC, 62, 1965, col. 370-373). **O cardeal Bea**, presidente do Secretariado para a Unidade, anunciou publicamente, durante sua visita à sede do Conselho Ecumênico em Genebra, em 18 de fevereiro de 1965, a aceitação por Roma deste comitê misto (ver DC, ibid., col. 646-647). A primeira reunião do Comitê Misto ocorreu em Bossey em maio de 1965 (ibid., col. 1109, 1110). Um grupo de trabalho similar foi constituído com a Federação Luterana Mundial, em julho de 1965. (Nota do tradutor.)

[14] *Analecta van het Aartsbisdom Utrecht*, 34º ano, nº 1, p. 7; ver também nº 3 pp. 89 e ss., e nº 11, pp. 239 e ss.

Cf. também a carta pastoral coletiva dos bispos holandeses por ocasião da Assembleia de Nova Deli, ibid., nº 11, pp. 234 e ss. (Tradução do último documento em DC, 1962, col. 144-145).

[15] Ibid., nº 12, pp. 249 e ss. - Essas diretrizes episcopais apareceram em tradução francesa em DC, 1962, col. 689-697. A passagem visada está na base da col. 695. (Nota do tradutor.)

[16] Desde a redação destas páginas, a questão foi examinada pelo Concílio Vaticano II e foi objeto da **Declaração sobre a liberdade religiosa e civil**. (Nota do tradutor.)

[17] *Analecta van het Aartsbisdom Utrecht*, 34º ano, nº 3, p. 95.

[18] Jean GUITTON, L'Église et l'Évangile, Paris, 1959; G. TAVARD, Holy Writ or Holy Church, Londres, 1959 (trad.: *Ecriture ou Église? La crise de la Réforme*, col. "Unam Sanctam", Ed. du Cerf, Paris, 1963). *The Lambeth Conference*, 1958, Londres, 1958, II, pp. 3 e ss., p. 13 e ss. Essas páginas contêm o relatório da comissão sobre a autoridade e a mensagem da Sagrada Escritura. O presidente da comissão era o Dr. A.M. Ramsey, então arcebispo de York. Ver também: A.M. Ramsey, The Gospel and the Catholic Church, Londres, 2ª ed., 1956.

II. RAZÕES PARA ESTUDAR O ANGLICANISMO

A situação ecumênica que acabamos de descrever parece-me justificar um estudo particular do anglicanismo. Pois a **natureza** das Igrejas da Comunhão Anglicana e a posição que elas ocupam lhes conferem **um lugar à parte**. Por sua própria natureza, elas parecem destinadas a **desempenhar um papel particular na reunião de todos os cristãos**.

A primeira razão reside, parece-me, no fato de que a Igreja da Inglaterra e as outras Igrejas da Comunhão Anglicana se interessaram constantemente, durante três quartos de século, pelo exame das possibilidades de união. Elas se entregaram a um exame sistemático dos problemas ecumênicos, esforçaram-se em estabelecer relações e entrar em diálogo em todas as direções. Nisto tudo, elas agiram como **precursoras do movimento ecumênico oficial**.

Geralmente se faz coincidir o nascimento do movimento ecumênico com a Conferência Internacional das Missões, realizada em Edimburgo em 1910. Na realidade, as primeiras resoluções e as primeiras atividades conscientemente ecumênicas situam-se, do lado anglicano, na terceira Conferência de Lambeth, assembleia dos bispos da Comunhão Anglicana que ocorreu em 1888.

Uma segunda razão está ligada à primeira. A Comunhão Anglicana dedicou muitos anos ao estudo e à discussão da ideia ecumênica em diálogo com os representantes de outras Igrejas. Isso lhe permitiu propor uma noção cuidadosamente equilibrada para o exame das outras Igrejas, numa época em que as grandes Conferências de *Life and Work* (Estocolmo 1925) e de *Faith and Order* (Lausanne 1927) ainda não haviam ocorrido. Referimo-nos aqui ao Apelo de Lambeth, pelo qual a sexta Conferência da Comunhão Anglicana, em 1920, instava todas as Igrejas, sem distinção, a levar muito a sério a restauração da unidade[19].

Percebemos hoje que os tempos não estavam maduros para acolher esse **apelo à cooperação de todas as Igrejas**. Elas ainda eram muito estranhas umas às outras, ainda muito animadas pelo espírito de controvérsia. Basta lembrar com que hesitação e dificuldade os participantes das Conferências de Estocolmo e Lausanne, e mais tarde também de Oxford e Edimburgo em 1937, abriram caminho no emaranhado de contradições e mal-entendidos com os quais se viram subitamente confrontados. Pense-se também em quão difícil lhes era mostrar-se compreensivos diante da rigidez, suscetibilidades e exigências de Igrejas estranhas a eles.

Há uma terceira razão, de fato **a principal**, para dar atenção privilegiada ao anglicanismo. É a natureza, o espírito e a mentalidade que lhe são próprios, bem como o lugar à parte que a Igreja Anglicana ocupa entre as demais Igrejas.

O período pré-ecumênico estava impregnado de um espírito de polêmica que tornava difícil ver as coisas dessa maneira. Séculos de lutas pela verdade haviam convencido cada Igreja de que ela possuía a verdade, enquanto o erro pertencia às outras Igrejas. As Igrejas haviam se acostumado a uma atitude puramente negativa em relação às outras. Tornou-se para elas uma certeza a priori que tudo, nelas, era o melhor que havia, enquanto as outras eram condenadas, sem mesmo serem compreendidas, simplesmente pelo motivo de que eram outras.

Nesse ambiente, o anglicanismo não podia esperar muito simpatia da parte das Igrejas não anglicanas. Ele parecia a muitos um fenômeno equívoco, do qual não se sabia bem o que pensar. Os protestantes calvinistas e puritanos o viam como uma ameaça católica. Os católicos romanos o consideravam intrinsecamente protestante. Muitos o viam como uma emanação do Estado, com base no oportunismo, ou como um bastião do humanismo, do idealismo e do racionalismo. Poucos tinham algo de bom a dizer sobre ele.

Na conjuntura ecumênica atual, as Igrejas adquiriram mais humildade. Elas se tornaram mais críticas em relação a si mesmas. Elas não mais consideram as diferenças encontradas nas outras Igrejas como puros produtos do erro ou da decadência. Elas aprenderam a apreciar muitos aspectos de forma positiva. Os contatos ecumênicos fizeram desaparecer boa parte da autossatisfação, dos mal-entendidos e dos preconceitos. Tudo isso faz com que o caminho esteja aberto a uma maior compreensão dos princípios religiosos, eclesiológicos e escriturísticos que têm guiado os anglicanos desde a época da Reforma. Esses princípios estão na base do caráter próprio e original da estrutura eclesiástica do anglicanismo, de seu culto, de sua doutrina e teologia, de sua espiritualidade e de sua mentalidade.

Esse caráter próprio e original do anglicanismo provém, em primeiro lugar, do esforço consciente empreendido pelos bispos e teólogos do século XVI para manter em equilíbrio o barco da Igreja Anglicana no meio das tempestades da época. O curso seguido por eles não foi a busca de um compromisso que pudesse satisfazer todos os partidos. Foi, ao contrário, imposto por um princípio aceito com plena convicção, o princípio da **moderação**. Isso se depreende não apenas dos documentos oficiais e da volumosa correspondência trocada com os reformadores do continente, mas também da obra dos teólogos anglicanos, principalmente de Jewel e Hooker.

O prefácio do *Book of Common Prayer* de 1662 expressa isso muito bem, já em sua primeira frase, dirigida aos puritanos:

Foi a sabedoria da Igreja da Inglaterra, desde a primeira redação de sua Liturgia Pública, sempre manter o meio-termo entre os dois extremos: muita rigidez em recusar qualquer mudança, e muita facilidade em admiti-las[20].

Desde a morte de Henrique VIII, ocorrida em 1547, até a Restauração de 1660, o anglicanismo teve que travar uma guerra contínua em dois fronts opostos. Além disso, colocou à prova todas as doutrinas e práticas romanas, confrontando-as com as da Igreja indivisa dos dez primeiros séculos. Com igual perseverança, comparou todas as doutrinas e práticas dos reformados e puritanos com as intenções originais dos reformadores. Ele se referiu ao testemunho primordial da Reforma, testemunho que a Igreja Anglicana sempre aceitou com tanta convicção e firmeza quanto as outras Igrejas oriundas da Reforma.

O "via media" do anglicanismo, portanto, não é um caminho entre a Igreja Católica e a Reforma; ele se mantém expressamente a igual distância entre o extremismo da Idade Média tardia, por um lado, e o extremismo puritano após a Reforma, por outro. Em princípio, o anglicanismo se posicionou, em suas declarações oficiais, ao lado da Reforma. Mas ao mesmo tempo, ele se recusou a se separar da Igreja Católica. O anglicanismo sempre nutriu a convicção de que o Concílio de Trento apenas realizou metade de sua tarefa e não conseguiu purificar a Igreja Católica das ideias, doutrinas, hábitos e práticas medievais que, segundo a convicção dos anglicanos, são opostos ao catolicismo puro, aquele da Escritura e da antiguidade cristã.

Por isso, a Igreja Anglicana sempre se considerou **o prolongamento reformado da Igreja Católica na Inglaterra**. Ela sempre atribuiu grande importância a uma organização eclesiástica e a uma liturgia que manifestam claramente a continuidade com a Igreja anterior à Reforma.

A marca principal e característica do anglicanismo é originalmente a **moderação**, que não se deve confundir com a "comprehensiveness". Esta última, frequentemente elogiada, mas também considerada uma fraqueza, é a marca de uma época posterior, embora esteja ligada à tendência humanista que sempre foi mais forte nas Igrejas anglicanas do que nas Igrejas "reformadas" e luteranas. Em última análise, a "comprehensiveness" é um produto do latitudinarismo do século XVII, bem como das tendências afins dos séculos XVIII e XIX, o liberalismo e o racionalismo.

Até o século XVIII, a Igreja Anglicana tentou manter uma certa uniformidade. No entanto, ela não pôde impedir que correntes mais recentes, como o metodismo e o anglo-catolicismo, obtivessem um direito de cidadania de forma duradoura até nossos dias. É aí que reside a principal causa da atual "comprehensiveness" do anglicanismo.

O anglo-catolicismo é a tendência que encontrou a mais forte oposição. Os anglicanos da ala evangélica (low Church), mas também muitos modernistas (broad Church) têm a convicção de que a tendência romanizante é fundamentalmente oposta ao caráter e à posição do anglicanismo autêntico. Não se poderia, portanto, cometer maior equívoco do que julgar o anglicanismo apenas pelo anglo-catolicismo e, consequentemente, classificar a Igreja Anglicana entre as Igrejas de tipo "católico". Espera-se que a documentação apresentada na sequência desta obra forneça uma prova convincente disso.

---

[19] O Apelo de Lambeth será estudado mais adiante, no capítulo IV, p. 113.

[20] "Tem sido a sabedoria da Igreja da Inglaterra, desde a primeira compilação de sua Liturgia Pública, manter o meio-termo entre os dois extremos, de demasiada rigidez em recusar e demasiada facilidade em admitir qualquer variação dela" (*The Book of Common Prayer*, o prefácio; a primeira redação data de 1549).

III. PONTO DE VISTA E MÉTODO DESTE ESTUDO

Os fatos, as circunstâncias e as possibilidades mencionadas até agora, consideradas em conjunto, são mais do que suficientes para justificar amplamente uma descrição do anglicanismo sob o ângulo do ecumenismo.

Não nos enganaremos, estamos seguros disso, sobre o móvel deste estudo. Ele não procede de uma preocupação apologética ou dogmática. Não temos de modo algum a intenção de provar qualquer coisa, a favor ou contra o anglicanismo. A Igreja que está em comunhão com a Sé de Cantuária é, ou não, a verdadeira Igreja? O anglicanismo é, ou não, a única forma de cristianismo que seja pura e fiel à Escritura? Tais questões são estranhas às nossas preocupações.

O propósito desta obra pertence diretamente à **fenomenologia**. Seu objetivo é expor, analisar e explicar os caracteres próprios, as posições, as maneiras de ver do anglicanismo e as propostas que ele sugere, na medida em que tudo isso **apresenta um interesse para o ecumenismo** e na medida em que se possa encontrá-lo nos documentos oficiais.

O anglicanismo de que trata este livro é o anglicanismo oficial, autêntico, aquele no qual a maioria dos anglicanos se reconhece. Sem dúvida, acontecerá de nos ocuparmos das "modalidades" extremas, as dos evangélicos, dos modernistas e dos anglo-católicos. Mas essas formas extremas não são representativas do anglicanismo como tal.

Um estudo estritamente fenomenológico pode cumprir uma **função importante na preparação do encontro e do diálogo ecumênicos. Ele ajuda a torná-los possíveis, contribui para seu significado e fecundidade**. O fracasso das conferências ecumênicas é com muita frequência atribuível a um conhecimento insuficiente da situação concreta que forma o quadro do diálogo e à ignorância das armadilhas e possibilidades contidas nessa situação.

Uma das condições a serem cumpridas pela fenomenologia para que ela seja capaz de desempenhar seu papel com utilidade é que ela **se abstenha de antecipar os resultados eventuais do encontro ecumênico**. Ela deve deixar o cuidado integral disso aos parceiros do diálogo. A fenomenologia não tem a tarefa de fornecer soluções antecipadamente.

O serviço que o fenomenólogo procura prestar exige da sua parte **objetividade e imparcialidade** . Sem dúvida, ele possui pessoalmente uma convicção religiosa e uma filiação eclesial. No entanto, isso não impede que, no exercício de sua função de fenomenólogo, ele só possa se tornar útil se se esforçar conscienciosamente em expor "o fenômeno" de uma maneira plenamente conforme à realidade. Por mais penoso que lhe seja, ele deve, enquanto oferecer seus serviços de fenomenólogo, **abstrair de sua convicção pessoal**. **O leitor, portanto, não deve esperar**

encontrar neste livro nem uma apologia nem uma refutação do anglicanismo. Tampouco deve pedir ao autor que apresente uma justificativa de sua própria fé.

O autor tem a intenção de estudar o anglicanismo a partir das contribuições que este trouxe, desde o século passado, **para a solução do problema ecumênico**. Em contrapartida, ele deseja iluminar o problema ecumênico a partir da natureza própria do anglicanismo. Em outras palavras, o problema ecumênico será tratado **na perspectiva anglicana**, e o anglicanismo será estudado na perspectiva ecumênica.

Essa abordagem certamente não é a única possível. Ela não pretende ser a melhor, nem a única correta. Desejamos simplesmente fazer uso desse método, raramente utilizado, para tentar **esclarecer o caráter muitas vezes controverso do anglicanismo.** Queremos também, com a ajuda desse mesmo método, tentar **clarificar a natureza complexa e multiforme do problema ecumênico.**

Os próprios anglicanos escreveram muito sobre o anglicanismo, sobre seu lugar e sua vocação, e sobre seu pensamento e ação ecumênicos dos últimos anos[21].

A "abrangência" (*comprehensiveness*) quase ilimitada do anglicanismo permite que todas as vozes se façam ouvir. Disso resulta uma certa dificuldade em determinar o que, nessa produção, é tipicamente anglicano. Nem sempre é fácil saber também se as opiniões pessoais dos autores e as sugestões que eles fazem encontram a aprovação das autoridades oficiais.

Foi necessário, portanto, escolher um método que assegure o máximo de objetividade e que permita, consequentemente, traçar do anglicanismo uma imagem fiel à realidade e, ao mesmo tempo, recolocar o anglicanismo no conjunto do Ecumenismo.

Para chegar a esse objetivo, uma pesquisa limitada apenas à Igreja da Inglaterra não poderia ser suficiente. Pelo contrário, foi necessário ampliar o ponto de partida para o conjunto da Comunhão Anglicana. Esta conta com dezessete Igrejas anglicanas autônomas, distribuídas por toda a Terra. O sentimento comum a todas essas Igrejas se expressa melhor nos relatórios das assembleias decenais realizadas por seus bispos. Conhecidas como Conferências de Lambeth, essas assembleias, inauguradas em 1867, foram realizadas nove vezes, a última em 1958.

Os relatórios publicados após as Conferências de Lambeth serão a principal fonte de nosso estudo[22]. Cada um desses relatórios se divide em três seções: primeiro, uma carta encíclica, depois as resoluções adotadas pelo conjunto da Conferência, e finalmente o texto completo dos relatórios apresentados à Conferência pelas diversas comissões.

Na utilização dos materiais retirados desses relatórios, seremos guiados pelos três documentos confessionais, considerados como as fontes autorizadas da doutrina e da prática anglicanas. São eles: o *Book of Common Prayer*, os *39 Artigos da Religião* e o *Ordinal* (ou livro das ordenações). Os dois últimos textos são reproduzidos nos exemplares correntes do *Book of Common Prayer* da Igreja da Inglaterra.

Também utilizaremos os relatórios, oficiais ou oficiosos, apresentados ao longo dos anos ao arcebispo de Cantuária e que tratam das relações entre a Igreja Anglicana e as outras Igrejas.

Finalmente, faremos referência a publicações de autores particulares na medida em que elas ajudem a apreciar corretamente os dados retirados das fontes oficiais.

---

[21] Veja o guia bibliográfico no final da obra.

[22] Os relatórios das seis primeiras Conferências de Lambeth (1867, 1878, 1888, 1897, 1908 e 1920) foram reunidos em um único volume: The Six Lambeth Conferences, Londres, 1920. Os relatórios das três conferências seguintes foram publicados separadamente, mas sob um título uniforme: *The Lambeth Conference*, ao qual é acrescentado o ano: 1930, 1948 e 1958.

IV. APRESENTAÇÃO DA COMUNHÃO ANGLICANA

Gostaríamos, para ajudar o leitor a se orientar, de terminar este capítulo com uma breve apresentação da Igreja da Inglaterra e da Comunhão Anglicana.

A *Comunhão Anglicana* é constituída por uma série de Igrejas que têm entre si a plena intercomunhão e que, todas, reconhecem a Igreja da Inglaterra como sua Igreja-mãe e concedem ao arcebispo de Cantuária o posto de "primus inter pares" dos bispos anglicanos.

O anuário oficial da Igreja da Inglaterra para 1962 contava dezessete Igrejas independentes, membros da Comunhão Anglicana, com um total de 298 dioceses[23].

Quarenta e três dessas dioceses pertencem à Igreja da Inglaterra. A elas devem ser acrescentados catorze dioceses situadas fora da Grã-Bretanha, mas que não fazem parte de nenhuma das outras Igrejas independentes. Essas dioceses estão sob a jurisdição metropolitana imediata do arcebispo de Cantuária. Cinco delas foram agrupadas em 1957 para formar a arquidiocese de Jerusalém, mas esta ainda não chegou ao status de Igreja autônoma. Ela permanece, em última instância, sob a responsabilidade do arcebispo de Cantuária.

A Igreja da Inglaterra compreende duas províncias, a de Cantuária e a de Iorque. O arcebispo de Cantuária tem o título de *Primate of All England*, o de Iorque tem o título de *Primate of England[24]* .

O princípio sobre o qual se baseia a Igreja da Inglaterra é que a Reforma do século XVI não ocasionou descontinuidade na organização da Igreja, apesar das mudanças introduzidas na doutrina e na liturgia. Estas foram, no entanto, realizadas em pleno acordo com os princípios fundamentais dos reformadores continentais.

A Sé de Cantuária, erigida em 597 por Agostinho, por ordem do Papa Gregório, o Grande, permaneceu a principal Sé arquiepiscopal da Ecclesia anglicana. O Dr. A.M. Ramsey, que foi empossado em 1961, é o centésimo arcebispo de Cantuária. O Dr. F.D. Coggan o sucedeu na Sé arquiepiscopal de Iorque, que foi erigida em 627. Londres, Durham, Winchester e vários outros Sés estão entre as dioceses que datam de antes da Reforma. Por outro lado, os bispados de Birmingham, Blackburn, Bradford, Guildford, Leicester, Portsmouth e alguns outros datam apenas do século XX.

Apenas a Igreja da Inglaterra (propriamente dita) é **Igreja "estabelecida" (Igreja de Estado).** É evidente que esse caráter não tem nada de essencial, é puramente acidental. Aliás, esse caráter pertenceu, e ainda pertence em certos países, à Igreja que está em comunhão com Roma. Ele

também vale para a maioria das Igrejas luteranas, e foi o de Igreja reformada das Províncias Unidas, assim como de outras Igrejas reformadas. Um estudo publicado na Alemanha em 1953 e baseado na correspondência trocada no século XVI entre bispos anglicanos e os líderes da comunidade de Zurique, mostrou **a origem suíça do caráter de Igreja de Estado**. Esse caráter atingiu seu apogeu no final do século XVI, sob a influência do arcebispo Whitgift[25].

Todos os países protestantes conheceram, desde o século XVI, uma **estreita associação entre a Igreja e o Estado**. O fenômeno da separação entre a Igreja e o Estado não tem sua origem na Reforma, é muito mais tardio. Ele se deve, principalmente nas Igrejas "reformadas", à influência do pietismo e do liberalismo.

As relações entre a Igreja e o Estado na Inglaterra também se modificaram de forma significativa, especialmente com a instituição da *Church Assembly* e com a introdução do *Enabling Act* de 1919. A Igreja da Inglaterra esforça-se atualmente para se livrar dos últimos resquícios da tutela exercida pelo Estado sobre a Igreja.

O título de "chefe supremo da Igreja da Inglaterra", que Henrique VIII havia se arrogado, foi modificado para o de "Soberano supremo" durante o reinado de Elizabeth I. Esse título significa simplesmente que nenhum aspecto da existência nacional pode se subtrair à soberania do príncipe, como aliás diz o direito eclesiástico em sua revisão de 1959:

> ***“Nós reconhecemos que a Muito Excelente Majestade da Rainha, agindo de acordo com as leis do país, é o poder mais elevado depois de Deus neste reino, e que ela possui a autoridade suprema sobre todas as pessoas em todos os assuntos, tanto eclesiásticos quanto civis[26]***.

A separação (*disestablishment*) e a desapropriação (*disendowment*) da Igreja já foram realizadas na Igreja Episcopal da Escócia (em 1689 pelo rei Guilherme III), na Igreja da Irlanda (em 1871) e na Igreja do País de Gales (em 1920). Essas três Igrejas anglicanas da Grã-Bretanha e da Irlanda são totalmente independentes da Igreja da Inglaterra.

As outras treze Igrejas membros da Comunhão Anglicana são: a Igreja Episcopal Protestante da América, que conta com cerca de cem dioceses e aproximadamente 3 milhões e meio de batizados, dos quais dois milhões bons de comungantes; a Igreja da Índia, do Paquistão, de Birmânia e do Ceilão; a Igreja Anglicana do Canadá (a única a se dar oficialmente o epíteto de anglicana); a Igreja da Inglaterra na Austrália e Tasmânia; a Igreja da Província da Nova Zelândia; a Igreja da Província das Índias Ocidentais; a "Chung Hua Shang Kung Hai" (a Santa Igreja **Católica** na China); a "Nippon Sei Ko Kai" (a Igreja **Católica** japonesa); a Igreja da Província da África Central; a Igreja da Província da África Oriental; e a Igreja de Uganda e Ruanda-Burundi.

Todas essas Igrejas formam juntas a Comunhão Anglicana. Elas nasceram da Igreja da Inglaterra, seja pela emigração de cristãos anglicanos para os territórios ultramarinos, seja pela atividade das Sociedades missionárias anglicanas. Embora, no direito eclesiástico, elas sejam totalmente independentes da Igreja da Inglaterra, elas mantiveram a plena comunhão eclesiástica com esta.

Uma aberração da consciência continental às vezes leva a classificar os anglicanos junto com os membros das Igrejas livres da Inglaterra e da América (metodistas, batistas, etc.) sob a denominação comum de "cristianismo anglo-saxão". Mas isso cria confusão nos espíritos. Pois o anglicanismo está enraizado de maneira muito profunda e sólida no cristianismo continental há quase vinte séculos, para que possa ser colocado no mesmo plano que as Igrejas "livres", que se separaram mais ou menos da tradição da Igreja.

Quanto ao nome oficial das Igrejas anglicanas, uma delas se dá ao mesmo tempo por **episcopal** e protestante (a dos Estados Unidos), outras duas se qualificam explicitamente de católicas, duas de episcopais e apenas uma (a do Canadá) retoma, desde 1955, o epíteto de anglicana.

No entanto, todas as Igrejas anglicanas têm em comum a preocupação consciente de **preservar a fé apostólica e o tipo de culto da Igreja dos primeiros séculos, ao mesmo tempo em que assimilam ao máximo tanto as contribuições da Reforma quanto as das correntes atuais, na medida em que estas últimas possuem um valor positivo e permanente**.

O anglicanismo tem assim uma atitude característica em relação à tradição e às novas contribuições. Essa atitude está na base de sua moderação e de sua "comprehensiveness". **Ela confere ao anglicanismo mundial a figura de uma antecipação da Una Sancta do futuro.**

Isso não é diminuído em nada pela importância numérica reduzida do universo anglicano. Estima-se o número total de seus batizados em cerca de quarenta milhões, o de seus comungantes em no máximo vinte e cinco milhões.

Uma recente carta pastoral dos bispos da Igreja Episcopal Protestante da América (setembro de 1961) fala longamente sobre **a vocação da Comunhão Anglicana**:

Somos uma Igreja pequena. Nossa Comunhão Anglicana é apenas uma parte restrita do conjunto da comunidade cristã. Mas a vocação e a missão de uma Igreja não podem ser medidas apenas por números. Com sentimentos mistos de orgulho e humildade, podemos reconhecer que entre nossos membros há um número proporcionalmente elevado de homens e mulheres que ocupam, em nosso mundo atribulado, postos influentes e de grande responsabilidade. **Nossa visão da Grande Igreja cuja missão se dirige a todos os homens sem distinção, está solidamente enraizada em nossa herança do passado**. É isso que nossos símbolos de fé históricos e nossa liturgia nos conservam. Nossa fidelidade mais profunda não é a que nos liga à Igreja Episcopal, nem tampouco a que nos une à Comunhão Anglicana, mas sim a que nos liga à Igreja Católica e Apostólica"[27].

As Igrejas membros da Comunhão Anglicana possuem uma **estrutura episcopal**. Esta se baseia na **convicção** de que *para quem quer que leia com cuidado a Sagrada Escritura e os autores antigos, é evidente que desde a época apostólica esses três ordens de ministros: bispos, presbíteros e diáconos, existiram na Igreja de Cristo[28]*.

Os anglicanos consideram as funções, os ofícios e o culto público como pertencentes à Igreja universal, embora revestidos de uma forma tradicional própria das Igrejas anglicanas. É assim que o título completo do *Book of Common Prayer* é: "O livro da Oração Pública e outros ritos e cerimônias da Igreja (ou seja, **da Igreja universal**), segundo o uso da Igreja da Inglaterra (ou da

Escócia, etc.)"[29].

Segundo a concepção anglicana, **a continuidade de toda a Igreja de todos os séculos encontra sua fonte, sua garantia e sua expressão no episcopado histórico, ou seja, no cargo episcopal na medida em que este se apoia em uma sucessão episcopal ininterrupta**. A eclesiologia dos episcopais implica que somente os bispos detêm o poder de ordenar certas pessoas ao ministério pela imposição das mãos acompanhada de orações (ordenar, consagrar). A ordenação conferida por presbíteros comporta de fato uma certa sucessão no ministério, mas, aos olhos da Igreja Anglicana, ela não deixa de constituir uma ruptura e, portanto, uma falha na continuidade histórica com o conjunto da Igreja de todos os séculos.

À parte o anglo-catolicismo, o anglicanismo oficial se caracteriza por sua **relutância em tirar as conclusões decorrentes, para certas Igrejas, da ruptura na continuidade histórica**. Em termos positivos, **as Igrejas da Comunhão Anglicana gostam de repetir que as funções do ministério nas Igrejas não episcopais não são menos evidentemente abençoadas por Deus, embora não repousem sobre uma ordenação ou consagração.** Um defeito desse tipo na designação do ministério à função eclesiástica, se estiver de acordo com a legislação da Igreja em questão, **não deve levar à conclusão de que a pregação, os atos sacramentais e o culto público estão desprovidos de frutos ou vazios de todo "efeito de graça".**

As Igrejas anglicanas concordam entre si sobre a **estrutura episcopal da Igreja**. Elas têm ainda em comum uma concepção da natureza, da forma ou do conteúdo do culto tal como este se expressa no *Book of Common Prayer* (chamado, brevemente, de *Prayer Book*). Cada Igreja independente possui seu próprio *Prayer Book*, de estrutura semelhante ao das outras Igrejas, mas comportando muitas particularidades de detalhe nos textos e nas orações. O mesmo se aplica à organização episcopal das Igrejas. Cada uma, de fato, incorporou o episcopado à sua maneira em uma ou outra forma de sistema sinodal, no qual é representado o elemento leigo, tanto masculino quanto feminino.

Apesar da unidade que reina entre elas, as Igrejas anglicanas se diferenciaram progressivamente umas das outras. Essa diferenciação pode ser devida em parte à sua evolução própria: algumas delas revestem um caráter evangélico-protestante bastante acentuado, enquanto outras se orientam mais ou menos claramente no sentido do anglo-catolicismo. As **diferenças crescentes** devem ser atribuídas, principalmente, ao fato de que quase todas as Igrejas seguem seus próprios caminhos na revisão em andamento da liturgia, da doutrina e do direito eclesiástico. Se ainda se mantém uma certa linha de conduta comum nessas questões, ela é assegurada principalmente pelas deliberações dos bispos nas Conferências de Lambeth.

De tempos em tempos, manifestam-se **tensões** entre uma das Igrejas anglicanas e o conjunto dessa Comunhão. É assim que muitos anglicanos da tendência evangélica sentem descontentamento, insatisfação e decepção diante das atitudes contraditórias que se manifestaram em relação ao projeto de Igreja unida de Ceilão (Lanka). Com efeito, esse projeto recebeu o apoio de toda a Comunhão Anglicana na Conferência de Lambeth de 1958, enquanto a proposta de admitir a Igreja de Lanka na plena comunhão, submetida em 1961 aos sínodos (Convocações) da Igreja da Inglaterra, não obteve adesão unânime. Voltaremos a esse assunto no capítulo intitulado "União na Índia"[30].

A "comprehensiveness" do anglicanismo o obriga a levar em conta todos os matizes na tomada de decisões. Ela é também a fonte de problemas e tensões de natureza ecumênica no seio mesmo da Comunhão Anglicana. Nesse sentido, **a Comunhão Anglicana representa um microcosmo do Ecumenismo**.

---

[23] *The Official Year-Book of the National Assembly of the Church of England 1962*, Londres, 1962, pp. 25 e ss.

[24] O leitor continental fará bem em se desfazer da ideia corrente que confunde Inglaterra e Grã-Bretanha. A Igreja da Inglaterra (ou anglicana no sentido primitivo e estrito) cobre apenas a Inglaterra propriamente dita, excluindo, portanto, o País de Gales e a Escócia. Esses dois últimos "países" têm cada um sua Igreja (anglicana no sentido amplo de membro da Comunhão Anglicana) independente. (Nota do tradutor.)

[25] KRESSNER, *Schweizer Ursprrünge des anglikanischen Staatskirchentums*, Gütersloh, 1953.

[26] "Reconhecemos que Sua Majestade a Rainha, agindo de acordo com as leis do reino, é o mais alto poder sob Deus neste reino e tem autoridade suprema sobre todas as pessoas em todas as causas, tanto eclesiásticas quanto civis" (Canon Law Revision 1959, art. I, Londres, 1960, p. 2)

[27] "Somos uma pequena igreja. Toda a nossa Comunhão Anglicana é uma pequena parte da comunidade cristã total. Mas o chamado e a missão de uma igreja não podem ser medidos apenas pelo número. Com orgulho e humildade misturados, podemos reconhecer que em nossa filiação se encontra uma parcela desproporcional de homens e mulheres que ocupam posições de grande responsabilidade e influência em nosso mundo tão atribulado.

"Secularmente consagrado em nossa herança está nossa visão da Grande Igreja, cuja missão é para todos os tipos e condições de homens. Isso é preservado para nós em nossos credos históricos enraizados nas Escrituras e em nossa oração comum. Nossa mais profunda lealdade não é para a Igreja Episcopal nem para a Comunhão Anglicana, mas para a única Igreja Católica e Apostólica" (The Christian Century, Chicago, 1961, p. 1306, col. 1).

[28] "É evidente para todos os homens que leem diligentemente as Sagradas Escrituras e os Autores antigos, que desde o tempo dos Apóstolos houve três Ordens de Ministros na Igreja de Cristo: Bispos, Sacerdotes e Diáconos". (Prefácio do Ordinal, intitulado: "A Forma e Maneira de fazer, ordenar e consagrar Bispos, Sacerdotes e Diáconos, de acordo com a Ordem da Igreja da Inglaterra".) Este prefácio faz parte do Ordinal de 1549 e foi reproduzido sem modificação em todas as edições posteriores. O Ordinal atualmente em vigor é o de 1662. Pode ser encontrado no final do *Prayer Book*.

[29] "O Livro de Oração Comum e Administração dos Sacramentos e outros Ritos e Cerimônias da Igreja de acordo com o uso da Igreja da Inglaterra".

[30] Ver capítulo VI, pp. 187-197.